

# Saúde Coletiva e mídia: um diálogo que precisa continuar

Collective Health and media: the dialogue that needs to continue

Salud Colectiva y medios de comunicación: un diálogo que debe continuar

**Helena Lemos Petta<sup>(a)</sup>**

<helenapetta@hotmail.com> 

**Jose Ricardo de Carvalho Mesquita Ayres<sup>(b)</sup>**

<jrcayres@usp.br> 

**Ricardo Rodrigues Teixeira<sup>(c)</sup>**

<ricarte@usp.br> 

<sup>(a)</sup> Criadora da série televisiva “Unidade Básica”. São Paulo, SP, Brasil.

<sup>(b, c)</sup> Departamento de Saúde Coletiva, FM, USP. São Paulo, SP, Brasil.

Foi com grande alegria que recebemos os quatro comentários sobre o nosso artigo “Grande mídia e comunicação sobre Saúde Coletiva e Atenção Primária: desafios na produção da série televisiva ‘Unidade Básica’”<sup>1</sup>. Agradecemos imensamente a cada um dos autores e consideramos que todos trazem importantes e valiosas contribuições para o debate da interface entre os campos da Comunicação e Saúde e da Atenção Primária, e sua relação com a grande mídia, ainda tão pouco explorado, mas central e de extrema importância para a Saúde Coletiva.

O artigo “Menos estigma, mais complexidade: uma nova lente sobre a Atenção Primária em Saúde e o Sistema Único de Saúde (SUS) nas telas”<sup>2</sup>, escrito por Thássia Azevedo Alves e Alexandre Rocha Santos Padilha, traz importantes elementos ao reafirmar a importância da comunicação como direito e o acesso à informação como um dos determinantes sociais em saúde, enfatizando como podem impactar a promoção e a prevenção em saúde.

Nesse sentido, coloca-nos a refletir sobre como a imagem do SUS sempre foi estigmatizada pela grande mídia, questão também abordada por outros debatedores, e quais seriam os caminhos para criarmos alternativas para a real democratização da comunicação e do acesso à informação no país. Os autores apontam os avanços da aprovação da Lei da TV Paga e a possibilidade de iniciativas como a série Unidade Básica, mas, ao lembrar que ela foi exibida em televisão fechada e, posteriormente, em serviço de *streaming*, ambos privados, nos coloca a refletir sobre o papel da TV pública. Para os autores, o SUS nunca encontrou um verdadeiro espaço na televisão pública, relação muito diferente do que ocorre entre BBC britânica e o National Health System (NHS) inglês, por exemplo. Com isso, levanta-se a questão se isso não seria um sinal de que o SUS nunca tenha sido assumido ao longo dos governos como um projeto central e que, portanto, seria necessário um novo pacto com a sociedade para que isso, de fato, acontecesse.

Concordamos com as importantes reflexões dos autores, em especial sobre como é inegável que nem a comunicação democrática nem o SUS estiveram na agenda política central do país. A discussão sobre a relevância e o papel de uma TV pública que consiga dialogar com as funções, conquistas e os desafios do SUS, além de ser assistida por uma parcela significativa da população brasileira, nos parece de extrema relevância para alcançarmos de fato os princípios do SUS. Aqui parece interessante também refletir sobre como os desafios da construção de uma TV pública se relaciona diretamente com os desafios da construção do SUS, que passa, entre tantas questões, por uma discussão sobre o papel do “público” em nosso país e de um imaginário construído historicamente sobre ele. No artigo “Série televisiva ‘Unidade Básica’: uma celebração da Saúde Coletiva e da democracia”<sup>3</sup>, Gustavo Tenório Cunha traz para a análise o fenômeno que foi denominado por Jessé Souza como “privatização da opinião pública”, como efeito da colonização da esfera pública pelo interesse econômico, que nos parece ser interessante para refletir como essa questão reverbera em todos os âmbitos. Nesse sentido, acreditamos que se torna primordial nessa batalha também a disputa desse olhar para o “público” e que iniciativas como a série Unidade Básica podem contribuir não apenas para a construção de um outro imaginário sobre a Atenção Primária e o SUS, como também para um novo imaginário a respeito do “público” de uma maneira mais ampla.

Um outro elemento que consideramos importante nesta discussão é o fato de que mesmo os canais privados são uma concessão pública, e foram inúmeras as tentativas de regulação desse setor, com pouco êxito, em geral. Para além de cotas de programação nacional, existem outros mecanismos pelos quais a TV aberta poderia fomentar as produções cinematográficas nacionais e independentes. As TVs na França, Espanha e Alemanha, por exemplo, aplicam porcentagens de seu faturamento em produção de filmes nacionais, entre outras iniciativas<sup>4</sup>.

Não obstante a centralidade deste debate, com relação à exibição da série Unidade Básica, vale ressaltar que, embora tenha tido sua principal veiculação em canais privados, ela tem sido utilizada amplamente em espaços públicos, como a exibição no Canal Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, em escolas e universidades públicas, nas Unidades Básicas de Saúde, em atividades de escolas municipais e estaduais de formação em saúde, bem como

em diversos processos formativos e de educação permanente dos profissionais do SUS. Importante aqui notarmos a existência de novos padrões de consumo no audiovisual, cada vez mais transmidiáticos, com o formato digital permitindo outras formas de compartilhamentos, não estando o acesso apenas restrito aos assinantes do canal a cabo ou *streaming* em que a série se vincula.

Já o artigo de Coraci Ruiz “Negociação e cooperação: apontamentos sobre os desafios da produção da série ‘Unidade Básica’”<sup>5</sup> nos convida a um outro conjunto de reflexões igualmente importantes. O texto ressalta o papel político da série Unidade Básica e sua função como “estratégia de resistência” ao poder gerar, entre outros desdobramentos relacionados aos objetivos do SUS, uma mobilização em sua defesa. A autora, porém, ressalta, com propriedade, o fato de que esse movimento não se resume necessariamente a obras relacionadas ao *mainstream*, mas que também existiriam outros tipos de iniciativas mais experimentais e/ou autorais que cumpririam esse papel em outra perspectiva. No caso da série, por seu formato e tipo de veiculação, o artigo nos lembra o papel decisivo das negociações para a criação da obra. E que esse tensionamento gerado pela fricção entre a estética e as questões comerciais do audiovisual, com as aspirações políticas comprometidas com as transformações sociais, sempre foi problematizado e debatido em diversos momentos da crítica cinematográfica. A autora, então, nos convida a conhecer um pouco mais dos debates das teorias feministas do cinema em que estavam em jogo o uso de estruturas preestabelecidas ou o rompimento com estruturas e padrões estéticos vigentes.

A centralidade dos embates da ordem do imaginário também é um aspecto refletido pela autora, bem como o papel decisivo da televisão nesse processo. Em material prévio, a primeira autora desta tréplica discute com mais elementos essas importantes questões<sup>6</sup>, mas aqui nos pareceu interessante apenas acrescentar, corroborando as ideias centrais da autora, as essenciais contribuições realizadas por Martin-Barbero<sup>7</sup> ao discutir o papel da cultura de massa e da TV por meio de suas mediações, o papel das “matrizes culturais” e a função do gênero ao ativar o que o autor denominou de “competências culturais”<sup>7</sup>.

Parece que tal discussão nos fornece algumas pistas para refletir sobre o êxito de Unidade Básica em comunicar os conceitos da Saúde Coletiva e atingir um público tão extenso, como refere a autora, ao não buscar construir uma nova linguagem, e sim ressignificar alguns dos elementos-chave de um gênero preexistente.

Em “Série televisiva ‘Unidade Básica’: uma celebração da Saúde Coletiva e da democracia”<sup>3</sup>, Gustavo Tenório Cunha discute a invisibilidade e a estigmatização do povo brasileiro, do SUS e, em especial, da Atenção Primária na televisão brasileira, como faces de um mesmo fenômeno. Ressalta também a difícil tarefa de mensurar todos os efeitos negativos decorrentes desse fato, entre eles a deslegitimação social das políticas públicas de saúde. Com isso, convida-nos a pensar sobre o fenômeno da “privatização da opinião pública”, decorrente desse não acesso à comunicação e à informação democrática, como já comentado anteriormente. Ressalta o mérito político da série Unidade Básica (por se tratar de um avanço pela democratização dos meios de comunicação), além do mérito pedagógico na formação dos profissionais de saúde, como contraponto a uma estética dominante da grande mídia.

Muito interessante quando o autor menciona episódios da série como exemplos de discussões que podem ser suscitadas em processos formativos, e faz referência ao fato de que a série muitas vezes consegue não só mostrar a realidade, mas também ser um “compêndio de boas práticas e temas desafiadores na Atenção Primária e no SUS”.

Por fim, o autor nos apresenta um debate importantíssimo para o campo da Comunicação e Saúde que são as novas formas de controle e manipulação da informação e da subjetividade presentes na internet, que não excluem a grande mídia, e sim trazem ainda mais complexidade ao tema em questão. Aqui nos parece que a “algoritmização” se torna central para pensarmos os desafios da democratização da comunicação e da informação nesse contexto. Contudo, entendemos que se trata de um fenômeno ambivalente na medida em que também permite um outro tipo de acesso à produção e um outro tipo de consumo do audiovisual, o que não era possível com a existência apenas da “grande mídia”. A própria história da série Unidade Básica exemplifica essas transformações. Sua produção foi diretamente influenciada por essas novas formas de interação, bem como seu acesso e consumo, ocorrendo cada vez mais de forma transmidiática, como já discutido anteriormente. Um episódio interessante nesse contexto foi quando, após críticas nas redes sociais relacionadas à centralidade dos personagens médicos e à ausência de outros profissionais no cuidado em saúde, o canal modificou suas estratégias de divulgação da série, inserindo mais a personagem Beth (enfermeira) nas vinhetas de chamadas para o programa, bem como anunciou como indicativo uma maior participação da equipe de saúde nas temporadas seguintes. Notou-se aqui um intenso movimento de interconexão entre as chamadas “novas mídias” e o ciberespaço e a “grande mídia”, que parece cada vez mais absorver os elementos desses novos meios, tanto com suas ferramentas de colaboração *on-line* quanto como elemento de medição de sucesso.

O último artigo “O cuidado em cena: processos de criação audiovisual na interface entre comunicação, Saúde Coletiva e Atenção Básica”<sup>8</sup>, Marcel Vieira Barreto Silva, Luciano Bezerra Gomes e Ricardo de Sousa Soares nos mostram como “a confluência entre formas narrativas inovadoras, um contexto tecnossocial convergente e transmidiático e novas formas de consumo e participação das audiências” vêm configurando um fenômeno denominado “cultura de séries”, e nesse fenômeno se destacam as séries médicas como um fenômeno transnacional, brindando-nos com diversos exemplos dessas produções no mundo. Entre tais exemplos de séries médicas, os autores nos mostram que, embora com um formato narrativo altamente esquematizado, já existiriam diferentes tons, temas e pontos de vista produzidos, “de modo a construir um painel mais matizado de representação social das práticas e instituições médicas”.

Interessante notar como se trata, realmente, de um fenômeno transnacional, com diversas produções no mundo todo e com diferentes enfoques, como ressaltam os autores, mas cabe apenas lembrar que, em nosso contexto brasileiro, são as séries norte-americanas (com a centralidade de um discurso biomédico e hospitalar) aquelas que fortemente constroem nosso imaginário em torno da representação social do processo saúde-doença-cuidado. Por esse motivo, foi com essas representações que centralizamos a análise em nosso artigo.

Os autores fazem dois questionamentos, um primeiro de ordem metodológica e um segundo de ordem analítica. Do ponto de vista metodológico convidam-nos a pensar se seria a hermenêutica estética de matriz gadameriana a melhor escolha para os objetivos do artigo. Aqui talvez haja uma discordância quanto ao lugar da hermenêutica gadameriana na arquitetônica do artigo, e que talvez guarde relação com diferenças na própria compreensão do lugar da estética na obra gadameriana. Arriscamos afirmar que Gadamer recusaria a identificação de sua estética a uma “apreciação sensível das obras e no seu efeito espectral”. Talvez essa diferença seja devida, usando um conceito do próprio Gadamer, à própria “história de efeitos” de sua obra, em larga medida recebida e criticada, nos anos 1960-70, segundo critérios estranhos ao projeto filosófico gadameriano original. A arte, para Gadamer, é paradigmática de um modo de se relacionar com uma obra humana que, entre outros aspectos, enfatiza exatamente o caráter dialógico, não unidirecional, portanto nunca espectral, de compartilhamento da experiência a que remete. O criador de uma obra já adianta o encontro com seus receptores, assim como esses “atualizam” a criação na sua recepção. Foi exatamente nessa dialética que articula de modo indissociável criação e recepção de uma obra, que se apoiaram tanto na proposta de “fazer falar de novo” o modelo “série médica” quanto em buscar interpretar seus primeiros resultados. Isso não exclui, evidentemente, o interesse de “uma metodologia de crítica de processo de base semiótica ou da etnografia da criação artística, de matriz pós-moderna”, na continuidade da elaboração teórica da experiência “Unidade Básica”. Ao contrário, e dialogando com outro importante teórico da hermenêutica contemporânea, Paul Ricoeur, entendemos que uma análise semiótica e uma abordagem etnográfica podem fortalecer o “arco hermenêutico” de compreensão-explicação, desde que observada a compatibilidade entre as diversas linhas teóricas e a perspectiva epistemológica instruída pela perspectiva hermenêutica.

As demais informações que os autores reivindicam estarem presentes no artigo (descrição mais precisa das funções da autora principal na produção da série, lugar na cadeia decisória em que se encontra, quantidade e duração dos episódios, horários de divulgação, escolha do nome da UBS) encontram-se em trabalho prévio publicado pela primeira autora<sup>2</sup>, e que, infelizmente, devido ao espaço limitado deste formato, não puderam ser detalhadas no artigo. O trabalho também consistiu em uma análise do processo de produção da primeira temporada da série que foi de início de 2009 até outubro de 2016, não sendo analisadas, portanto, as mudanças de contexto após esse período.

Entretanto, concordamos plenamente com os autores sobre a necessidade de outras abordagens sobre esse novo contexto, em que tanto as políticas de saúde quanto as políticas do audiovisual foram desarticuladas e paralisadas, assim como novas análises sobre a comunicação do SUS e da Atenção Primária na grande mídia. Nesse cenário catastrófico de enfrentamento de uma pandemia mundial com um governo negacionista, parece que algo vem mudando na imagem do SUS e cada vez mais o país vem entendendo a importância de nosso sistema. Esperamos que este debate contribua para que a comunicação, o SUS e a Atenção Primária inspirem novas produções, tanto no campo da Saúde Coletiva quanto na produção artística e estética do país.

## Contribuição dos autores

Todos os autores participaram ativamente de todas as etapas de elaboração do manuscrito.

## Financiamento

Pesquisa financiada com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) PROCESSO 2015/24160-2.

## Conflito de interesse

Os autores não têm conflito de interesse a declarar.

## Direitos autorais

Este artigo está licenciado sob a Licença Internacional Creative Commons 4.0, tipo BY ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)).



### Editor

Antonio Pithon Cyrino

### Editor associado

Sérgio Resende Carvalho

### Submetido em

11/08/21

### Aprovado em

16/08/21

## Referências

1. Petta HL, Ayres JRM, Teixeira RR. Grande mídia e comunicação sobre saúde coletiva e atenção primária: o desafio da produção da série televisiva “Unidade Básica”. *Interface (Botucatu)*. 2021; 25:e200607. Doi: <https://doi.org/10.1590/interface.200607>.
2. Alves TA, Padilha ARS. Menos estigma, mais complexidade: uma nova lente sobre a Atenção Primária em Saúde e o Sistema Único de Saúde nas telas. *Interface (Botucatu)*. 2021; 25:e210351. Doi: <https://doi.org/10.1590/interface.210351>.
3. Cunha GT. Série televisiva “Unidade Básica”: uma celebração da Saúde Coletiva e da democracia. *Interface (Botucatu)*. 2021; 25:e210311. Doi: <https://doi.org/10.1590/interface.210311>.
4. Sousa APS. Lei da TV paga: um novo paradigma para a política audiovisual brasileira. *Rev Eptic*. 2016; 8(2):47-64.



5. Ruiz C. Negociação e cooperação: apontamentos sobre os desafios da produção da série “Unidade Básica”. *Interface (Botucatu)*. 2021; 25:e210276. Doi: <https://doi.org/10.1590/interface.210276>.
6. Petta HL. Grande mídia e comunicação sobre saúde coletiva e atenção primária: análise da experiência de produção da série televisiva “Unidade Básica” [tese]. São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo - USP; 2018.
7. Martín-Barbero J. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; 2013.
8. Silva MVB, Gomes LB, Soares RS. O cuidado em cena: processos de criação audiovisual na interface entre comunicação, Saúde Coletiva e Atenção Básica. *Interface (Botucatu)*. 2021; 25:e210273. Doi: <https://doi.org/10.1590/interface.210273>.